

**PORTARIA Nº 386/2022**

Dispõe sobre a designação do Juiz de Direito Cristiano Sousa de Carvalho.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições legais;

CONSIDERANDO a Portaria nº 352/2022, que fixa o dia 07 de março como data limite para instalação da 2ª Vara da Comarca de São Benedito;

CONSIDERANDO que a solenidade de instalação deverá ser presidida pelo(a) Juiz(Juíza) Titular, ou por outro(a) designado(a) pela Presidência do Tribunal de Justiça;

CONSIDERANDO que o cargo de Juiz(Juíza) de Direito Titular da 2ª Vara da Comarca de São Benedito encontra-se vago;

RESOLVE designar o Juiz de Direito Cristiano Sousa de Carvalho, Titular da Vara Única da Comarca de São Benedito, para, sem prejuízo de suas funções, presidir a solenidade de instalação da 2ª Vara da mesma Comarca, a ser realizada no dia 07 de março de 2022, e para responder pela referida unidade durante a vacância.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 03 de março de 2022.

Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

PORTARIA Nº 310/2022

Dispõe sobre os valores a serem pagos aos docentes por atuarem nas ações de educação desenvolvidas pela Educação Corporativa do Poder Judiciário cearense.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais com fundamento no inciso IX, do art. 6º, da Lei nº 16.208, de 03 de abril de 2017,

CONSIDERANDO a Gratificação pelo Exercício de Magistério prevista no inciso IX, do art. 132 da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Ceará,

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar os valores da hora-aula a ser paga aos servidores e magistrados que exercem a atividade de docência interna junto à Coordenadoria de Educação Corporativa da Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer os seguintes valores brutos a serem observados na remuneração dos docentes em atividades educacionais realizadas pela Educação Corporativa do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

TITULAÇÃO	VALORES BASE DA HORA-AULA (50MIN)
Doutor	R\$ 180,00
Mestre	R\$ 150,00
Especialista	R\$ 120,00
Graduado	R\$ 90,00

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 291/2010 e as demais disposições em sentido contrário.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, data registrada no sistema.

Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

PORTARIA Nº 378/2022

Designa servidoras para atuarem como entrevistadoras forenses, de forma temporária, no Núcleo de Depoimento Especial (NUDEPE).

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (TJCE), no uso das atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violências, em especial o abuso sexual;

CONSIDERANDO a Resolução do Conselho Nacional da Justiça (CNJ) nº 299, de 5 de novembro de 2011, que dispõe sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, de que trata a Lei Federal nº 13.431/2017;

CONSIDERANDO a Resolução do Órgão Especial do TJCE nº 06, de 21 de maio de 2020 (DJe de 02/06/2020), que dispõe sobre a implementação da Lei Federal nº 13.431/2017 no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará;

RESOLVE:

Art. 1º Designar as seguintes servidoras para atuarem como entrevistadoras forenses, com prejuízo das funções e de forma temporária, no Núcleo de Depoimento Especial (NUDEPE):

I - Christianny Fernandes de Oliveira (matrícula nº 4155), lotada na Coordenadoria de Fiscalização das Receitas, e Renata Santos Pinheiro (matrícula nº 23371), lotada na 2ª Vara da Comarca de Acopiara, que atuarão pelo período de 120 (cento e